



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

ATA Nº 09/2026

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

DE

02 DE MARÇO DE 2026

Abertura da Reunião

Aos dois dias do mês de março do ano de 2026, na Vila de Nisa, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura, na Praça da Republica, em Nisa, quando eram 15h05, compareceram, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Vereadora Dr.^a Maria do Rosário Carita Rodrigues, em substituição do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra e vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a fim de se realizar a primeira reunião ordinária do mês de março da Câmara Municipal de Nisa.

O Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, através de E-mail, datado de 27 de fevereiro, informou que por motivo da sua participação na reunião extraordinária do Conselho Regional da CCDR Alentejo, I.P., agendada para o dia 2 de março pelas 15 horas, não poderia estar presente na reunião ordinária de 02 de março de 2026, solicitando a sua substituição, tendo sido substituído ao abrigo do nº 1 e 2 do art.º 78º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, pela cidadã MARIA DO ROSÁRIO CARITA RODRIGUES, imediatamente a seguir na ordem de precedência da Lista do Partido Socialista, pela qual se apresentou nas eleições de 12 de outubro de 2025.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Leandro Lopes Semedo, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Coordenadora Técnica, Senhora Maria da Graça Sampaio Paulo, da Seção de contratualização Pública e Património, Arq. João José Bizarro Portalete, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Eng. Luís Alberto Gonçalves Marques, Chefe de Divisão da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Eng. Clara Maria Tremoço Esteves da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Dr. Bento José Sabino Semedo, Chefe de Divisão da Divisão Socio Cultural.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respetivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, tendo-se verificado a intervenção da Presidente do Centro Social de Santana, Maria da Graça Pinto castanheira Cêncio, referindo que se encontrava aqui em nome

do centro Social de Santana, na qualidade de Presidente, fazendo questão de agradecer pessoalmente a comunicação que lhes foi enviada relativamente à atribuição de um subsídio no valor de trinta e cinco mil euros, estando muito reconhecidos e agradecendo por se tratar de uma ajuda ótima, especialmente para a sua instituição que precisa de muitas renovações e precisa de muita coisa para promoverem o bem estar de todos os utentes e também de todos os colaboradores, a segunda questão tem a ver com o facto de estarem muito preocupados em promover e incentivar na separação de todos os resíduos a nível ambiental, acontecendo que todos os desperdícios a nível dos restos de alimentos, têm uma pequena caldeira de combustão, que não chega, por outro lado, os contentores que estão colocados a uma distância das instalações, regra geral a nível do cartão, têm embalagens muito grandes, sendo muito complicado estar ali a partir e a dividir todo o cartão para conseguir metê-lo dentro do contentor correspondente, a caldeira que têm é muito pequena, seria necessário uma de dimensão maior, a nível da reciclagem das embalagens, disse não haver problema para o vidro, mas a nível das embalagens é muito complicado porque a abertura é muito pequena, dizendo também que quando parte algum utente, normalmente as famílias não querem nem o calçado, nem as roupas e tentam encontrar instituições que as queiram, sabe que em Santana existe um contentor, mas está um bocado distanciado, daí ter pedido se poderia ser colocado um mais perto do lar.

Disse ainda que estavam a pensar fazer uns pequenos canteiros com umas coisinhas que não deem muito trabalho de forma a incentivar os utentes e que queriam também colocar algumas árvores.

- Vice-Presidente, **Dr. José Leandro Lopes Semedo**, referiu que iria dar indicações de forma a que junto da Valnor façam chegar mais alguma unidade de recolha, ou então e dado que a mesma tem um serviço porta a porta para recolha de cartão irão dar indicações nesse sentido, dado que o veículo vai a outras instituições do Concelho e talvez possam fazê-lo também em Santana.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, agradeceu a participação, referindo que ele próprio também faz reciclagem e fica contente por saber que as pessoas estão sensibilizadas para a separação desse lixo, dizendo que tem esse cuidado por achar ser uma das preocupações que todos deveríamos ter relativamente à reciclagem, agradecendo também a manifestação relativamente aquilo que foi o apoio financeiro, sendo sempre uma preocupação do Município, essencialmente quando são investimentos em obras de capital, de forma a melhorar as condições das pessoas que lá vivem e do desenvolvimento da instituição.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

- Não houve Atas para aprovação.

Assuntos para conhecimento:

- E-Mail do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra informando não poder estar presente na reunião de Câmara em virtude da sua participação na reunião extraordinária do Conselho Regional da CCDR Alentejo, I.P. para o mesmo dia á mesma hora.
- E-Mail do Vereadora Dr.^a Maria do Rosário Carita Rodrigues, datado de 27 de fevereiro, informando que se encontra disponível para a reunião de 02/03/2026.

Informações dos Eleitos:

- **Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, cumprimentou a responsável pelo Centro Social de Santana e manifestou que é sempre um gosto ouvir de viva voz o seu agrado pelo apoio recebido.

Relativamente ao autocarro que ardeu no terminal, questionou se naquela área, que pode ser uma área preocupante, se existem bocas de incendio, tendo sido esclarecida que junto ao Minipreço existe uma, pelas filmagens que viu, quis agradecer aos bombeiros a sua rápida atuação, dizendo que uma mais rápida e fluente resposta nestas situações pode obviar alguns problemas, tendo sido também esclarecida que o incendio se deveu ao rebentamento de uma bateria ou algum problema elétrico do próprio autocarro, havendo para casos similares a aplicação de um produto específico e não simplesmente água, tendo em consequência referido que se fosse possível, pedir-se á equipa de intervenção uma análise de facto

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que no mesmo dia em que houve esse incendio registou-se também um acidente junto ao Casal Ventoso, tendo já sido referido por si numa outra reunião que, por causa das raízes que estavam dentro da faixa de rodagem, algumas estão sinalizadas, não sabendo se foi a causa do acidente ou não, mas o que é verdade é que numa reta poderia ter acontecido, achando que se deveria alertar as Estradas de Portugal para uma rápida intervenção e reparação daqueles troços, não sabe também se já foi feita a intervenção que alertou na questão da proximidade do Fratel, que também estava dependente das Estradas de Portugal, não sabendo qual é o desenvolvimento e se o Senhor Vice-Presidente poderá informar ou não sobre esta situação.

Referiu ainda que pretende indicar as segundas-feiras durante a manhã para o atendimento da CDU na notícia da Câmara Municipal.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou em que situação está o pedido que fez aqui há algumas reuniões atrás sobre as bocas de incêndio no Concelho, se já foram verificar as bocas de incêndio no Concelho de Nisa, uma vez que referiu na altura que as de Alpalhão estavam inoperacionais, as únicas que estavam operacionais são aquelas que estão junto ao Jardim novo.

Perguntou ainda em que ponto estava isso e também quis saber, estando ainda a aguardar o pedido que fez aos Recursos Jurídicos da Câmara a respeito da não votação do João sobre aquela auditoria, ainda está a aguardar e já lá vão três meses.

Também perguntou o que é que se passou naquele largo onde foram cortadas três árvores, se estavam doentes, tinham algum bicho ou se estavam podres.

- **Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo**, disse que relativamente aquelas árvores em frente ao cineteatro foi detetado pelos serviços municipais, que estavam em muito mau estado de saúde, estavam secas, optando-se por fazer essa intervenção, serão colocadas outras no mesmo local, fizeram-se também outras intervenções no Jardim municipal, fruto dos ventos fortes que houve nos últimos dias e por prevenção, antes que acontecesse uma situação mais grave.

Quanto à situação das bocas de incêndio, tinha sido feito um Levantamento há 10 anos, pelos serviços de Proteção Civil e agora, neste momento, é para fazer novo levantamento, para saber em que estado é que estão, eventualmente deve haver situações que não estão devidamente operacionais, mas certamente, com o estudo e levantamento previsto, serão colocadas em prontidão.

Quanto à situação reportada pelo vereador João Malpique, referente à estrada nacional 359, foi comunicado a situação às Estradas de Portugal, e eles fizeram pequenas intervenções, achando que aquilo ainda não ficou grande coisa, mas pelo menos atenuou um pouco a situação, achando que existe ali uma questão de infiltração no terreno, o qual cedeu um pouco, estando-se a aguardar, como o tempo que não estado estado propício para fazer intervenções muito maiores, eles foram céleres e conseguiram colocar em tempo record uma cola asfáltica, que remedeia a situação, mas não está a 100%, como é nosso desejo.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se relativamente á Fonte Seca, estando perto da estrada, não sabe se é estradas de Portugal se Câmara, estando a mesma completamente ao abandono e muito suja, perguntando se não há forma de a Câmara ali colocar um contentor e limpar a área.

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que enquanto Presidente da Junta de Freguesia sempre tentaram manter a limpeza e a manutenção, a proprietária da fonte seja As Estradas de Portugal, embora as intervenções sempre tenham sido feitas pela Câmara e posteriormente pela junta de Freguesia, acontecendo que com a questão do lixo, teve lá sempre contentores de grande dimensões, o problema é que era lá colocado todo o tipo de lixo e até animais mortos, foram ainda colocados caixotes mais pequenos, mas eram constantemente roubados, mas na verdade a s estradas de Portugal não fazem lá limpeza e manutenção pelo que se não for a Câmara ou a Junta a fazer, ninguém mais zelará por aquele património.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 71/2026
Resumo Diário de Tesouraria.

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e dos Vereadores, Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 36, referente ao dia 23 de fevereiro de 2026 e em que os respetivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 2.606.834,05 €
- Operações não orçamentais: 226.445,42 €

PONTO Nº 4 – AM- Deliberação: 72/2026

Proposta de adesão do Município de Nisa à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Nos termos da recomendação e Deliberação nº 7/2026 de 23/02 da Assembleia Municipal, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadora Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, 1 (uma) abstenção da Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 2 (dois) votos contra com declaração de voto por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e com o exercício do voto de qualidade por parte do Presidente da reunião e Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Leandro Lopes Semedo, a adesão do Município de Nisa à Associação Nacional de Assembleias Municipais, cujo a cota é de 1.663,92 €.

Intervenções:

- **Vereador Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, disse não concordar com a situação, porque embora seja a favor da criação de associações e acho que o associativismo no fundo é o caminho indicado para se conseguir levar mais além a voz, no entanto, para representar os municípios, Já há uma associação que é a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que representa e defende todos os direitos da representação de todos os partidos políticos de onde haja eleitos nas câmaras municipais e também representam as freguesias ou os eleitos enquanto os Presidentes eleitos por inerência do cargo presentes nas assembleias municipais. Nas freguesias, há o órgão da ANAF, que é a Associação de Freguesias que representa os interesses e é sempre provida aquando da criação de nova legislação e no fundo, tanto uma como outra, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAF, são os órgãos criados pelo poder local e que representam e defendem os interesses de cada um dos municípios e das freguesias, pelo que não concorda com a adesão a esta associação.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, relativamente a este ponto é da mesma opinião do seu colega afirmando que a posição do seu partido baseia-se nos seguintes fundamentos, é o não concordar com a criação dessa associação nacional de assembleias municipais, uma vez que a CDU considera que o processo de eleição dos dirigentes das CCDRS foi uma fantochada argumento que serve para mascarar a centralização de poderes e o controlo pelo Governo, uma vez descentralização do poder, em várias ocasiões, nomeadamente no Alentejo, decidiram que os eleitos nas autarquias não participariam nas eleições para as CCDDR, considerando que o processo antidemocrático foi um conluio, um consórcio, entre o PS e o PSD, deixando os outros partidos de lado, defendem a criação de regiões administrativas efetivamente democráticas, eleitas pelos cidadãos, o que considera ser

a única forma de descentralização constitucionalmente legítima, oposta ao modelo atual das CCDRS, opõem-se também ao desmantelamento das Direções Regionais de Cultura e Agricultura, frequentemente integradas na CCDR, defendendo a manutenção da proximidade desses serviços às populações, em suma, o seu partido vê as CCDRS atuais como um entrave à verdadeira regionalização e uma forma de manter o poder centralizado no governo, daí a sua posição ser contra.

- **Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse ir manter a posição de abstenção á semelhança da posição e sentido de voto do seu partido na Sessão da Assembleia Municipal até porque não faria sentido votar-se de forma distinta, prende-se fundamentalmente com aquilo que está aqui em causa hoje, que é o valor das quotas em vigor e aquilo que é o compromisso para com este executivo, considerando que para os municípios entre os 4001 até 10000 eleitores, o valor em causa são 1663,92 euros o que eu considera é de facto, apesar de ser favorável a que as diferentes organizações possam reunir e debater os problemas, porque se aprende sempre com essa troca de posições, muitas vezes aquilo que verifica é que nem sempre as pessoas que são envolvidas nestas organizações estão predispostas para essa colaboração e, nesse sentido, a sua posição é um pouco de reserva, relativamente a essas participações, percebendo que em alguns casos elas podem ser determinantes, nesta tem algumas dúvidas, porque ela reverte fundamentalmente a matéria da Assembleia Municipal e por isso a sua posição é um pouco não tanto de apoio, percebe a sua existência, mas considera que a sua abrangência não é significativa para aquilo que atualmente poderia, de facto, ser determinante em termos autárquicos.

- **Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo**, , deixou uma nota em relação ao assunto referente á eleição para a CCDRA, dizendo que, se não lhe falha a memória, na última eleição para esse órgão, o PSD que ficou de fora, e o acordo foi entre o PS e a CDU, bem sabemos que já caiu no esquecimento político, mas deve ficar registado para memória futura.

Declaração de voto da CDU:

"A posição do seu partido baseia-se nos seguintes fundamentos, é o não concordar com a criação dessa associação nacional de assembleias municipais, uma vez que a CDU considera que o processo de eleição dos dirigentes das CCDRS foi uma fantochada argumento que serve para mascarar a centralização de poderes e o controlo pelo Governo, uma vez descentralização do poder, em várias ocasiões, nomeadamente no Alentejo, decidiram que os eleitos nas autarquias não participariam nas eleições para as CCDR, considerando que o processo antidemocrático foi um conluio, um consórcio, entre o PS e o PSD, deixando os outros partidos de lado, defendem a criação de regiões administrativas efetivamente democráticas, eleitas pelos cidadãos, o que considera ser a única forma de descentralização constitucionalmente legítima, oposta ao modelo atual das CCDRS, opõem-se também ao desmantelamento das Direções Regionais de Cultura e Agricultura, frequentemente integradas na CCDR, defendendo a manutenção da proximidade desses serviços às populações, em suma, o seu partido vê as CCDRS atuais como um entrave à verdadeira regionalização e uma forma de manter o poder centralizado no governo, daí a sua posição ser contra."



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

PONTO Nº 5 – SCPP – Deliberação Nº 73/2026

Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro CIMAA ID 7548781 - Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em MT - Média tensão e BTN - Baixa tensão Normal - Aprovação do procedimento e das respetivas peças.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1661/2026, da Seção de Contratualização Pública e Património, datada de 23 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho o seguinte:

- a) O lançamento de um ajuste direto nos termos previstos no nº 1 do art.º 258º do CCP;
- b) Convite nos termos do referido artigo 258º do CCP;
- c) Que seja dado um prazo de 6 dias para apresentação da proposta através do email patrimonio@cm-nisa.pt.
- d) Nos termos do disposto nos artigos 88º a 91º do CCP, deverá ser prestada uma caução de 5% do valor contratual.
- e) Tendo em conta o prazo do presente procedimento, a aprovação do seguinte desdobramento de encargos, o qual será corrigido aquando da adjudicação:

2026 - 174.248,62€ (23%) + 2.205,90€ (6%) = 176.454,52€

2027 - 232.331,48€ (23%) + 2.941,20€ (6%) = 235.272,68€

2028 - 68.107,75€ (23%) + 735,30€ (6%) = 68.843,05€

A estes valores acresce o IVA.

f) De acordo com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08/06 na sua redação atual (última alteração dada pelo Decreto-Lei nº 13-A/2025 de 10/03), o desdobramento de encargos não carece de autorização prévia da **Assembleia Municipal**, uma vez que o valor da alínea b) do referido artigo 22º passou a ser de 500.000€.

PONTO Nº 6 – SCPP - Deliberação: 74/2026

Ajuste Direto ao abrigo de um Acordo Quadro para “Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em BTE - Baixa Tensão Especial e IP - Iluminação Pública” - Aprovação da decisão de adjudicação e da minuta.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1742/2026, da Seção de Contratualização Pública e Património, datada de 25 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 2 (duas)

abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a minuta do contrato e decisão de adjudicação da proposta do fornecedor ENFORCESCO, S.A., nos termos do nº 1 do art.º 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08/06 pelo valor total de 681.496,43 €, por 24 meses, com início em 17/03/2026, com o seguinte desdobramento de encargos:

2026 - 248.517,90€ (23%) + 1.667,25€ (6%) = 250.185,15€

2027 - 331.356,55€ (23%) + 2.223€ (6%) = 333.579,55€

2028 - 97.175,98€ (23%) + 555,75€ (6%) = 97.731,73€

A estes valores acresce o IVA.

PONTO Nº 7 – DOTSM - Deliberação: 75/2026

Processo de Obras nº 7.2025, Couto do Valongo, Nisa.

Requerente: Aviários de S. Matias.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 87/2026, da Divisão de ordenamento do território e Serviços Municipais, datada de 24 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o licenciamento cedência relativo ao processo de obras nº7.2025, de acordo com o número 1 do artigo 23º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei nº 10/2024 de 08/01.

Intervenções:

- **Vereadora, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse querer uma clarificação da parte do senhor Arquiteto **João José Bizarro Portalete** e que tem a ver com esta empresa que pode ter a ver com este pavilhão ou não, referindo que a população tem reagido com algum desconforto por parte do cheiro que vem dos aviários e de todo aquele processo que, de facto, por vezes empesta ao local, é favorável aos novos investimentos, percebe que da parte da autarquia tem havido um controlo significativo em relação a estas operações, pedindo se lhe consegue explicar em termos de licenciamento, se há ali algum mecanismo que não esteja a funcionar ou algo que não seja suficiente para acautelar esta problemática, tendo o senhor Arquiteto esclarecido que o licenciamento da construção é da responsabilidade da Câmara, sendo a Câmara a Entidade competente, a nível depois do próprio licenciamento da atividade em si já não é a Câmara, mas o Ministério da Agricultura, esse licenciamento acontecerá à posteriori, ou seja, após a aprovação do projeto, eles iniciarão esse licenciamento da mesma forma que a Entidade fiscalizadora também não será a Câmara e será ou a ASAE ou o Ministério da Agricultura, que depois se responsabilizará por acompanhar a atividade que irá ser exercida naquele pavilhão, de acordo com o licenciamento, que depois aqui é dado.

PONTO Nº 8 – DOTSM - Deliberação: 76/2026
Divisão em propriedade horizontal – Casa do Isac.

Nos termos da Informação Proposta nº 1731/2026, da Divisão de ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 24 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a emissão da respetiva certidão relativa à proposta de constituição em propriedade horizontal do edifício “Casa do Isac”, que consiste na divisão do prédio em sete frações, todas destinadas ao uso habitacional, autónomas, com acesso próprio.

Intervenções:

- **Vereadora Doutora Fernanda maria Bizarro Policarpo**, disse que a sua questão eventualmente seria para o Senhor Presidente, não sabendo se esta proposta que entendeu perfeitamente não é de facto, não poder ser colocada no mercado sem haver esta, mas anexa a esta proposta está um comprovativo de uma operação da caixa direta para uma empresa local que pensa não ter nada a ver com esta proposta, pelo menos nos seus documentos vem um comprovativo de uma transferência, sendo só para chamar a atenção.

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, disse que nalgumas das anteriores reuniões, manifestou o interesse em visitar o espaço, tanto esse como outras obras, entretanto, vão passando os meses, está-se a aprovar as coisas, mas acha que seria muito bom poderem visitar e saber aquilo que estão a aprovar, no fundo até conhecer aquilo que é aquele investimento municipal que não foi aprovado por si, mas que futuramente poderão ser chamados a intervir na atribuição ou não dessas moradias, achando que seria de todo o interesse poderem visitar o espaço.

PONTO Nº 9 – DOTSM - Deliberação: 77/2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento “Feira de Vinhos e Sabores” dias 14 e 15 de março, na Sede da União de Freguesias. Requerente: União de Freguesias de Espírito Santo, Nª Sr.ª da Graça e São Simão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1358/2026, da Divisão de ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 10 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção pagamento de taxas no valor de 72.16 €, relativo ao evento “Feira dos Vinhos e

Sabores", que ocorrerá nos dias 14 e 15 de março, na sede da União de Freguesias de Espírito Santo, N^a Sr.^a da Graça e São Simão, requerido pela União de Freguesias de Espírito Santo, N^a Sr.^a da Graça e São Simão.

PONTO Nº 10 – SSCP – Deliberação: 78/2026

Lugar de estacionamento autorizado para veículos portadores do dístico de deficiente. Av. D. Dinis, bloco A2 r/c Esq., em Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1571/2026, da Divisão de ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 19 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a demarcação de um lugar de estacionamento autorizado para deficiente no pavimento e a colocação de um sinal vertical Modelo H1a e painel adicional 11d e 10b, frente á morada da requerente, Senhora Maria Manuela Serra Salgueiro, sito na Avenida D. Dinis, bloco A2 R/c Nisa.

PONTO Nº 11 – DOTSM – Deliberação: 79/2026

Protocolo de colaboração entre o Município de Nisa, projeto Esperança e Cáritas para recolha seletiva de roupa usada com vista á reutilização e ou reciclagem.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1422/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 11 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a minuta de alteração do protocolo de colaboração, o qual inclui a isenção do pagamento de taxas Municipais, entre o Município de Nisa, Projeto Esperança e a Cáritas Diocesana de Portalegre – Castelo Branco, para recolha seletiva de roupa usada com vista á reutilização e ou reciclagem.

Intervenções:

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse estar-se na presença de um dos maiores contaminadores de resíduos que existem no planeta, as roupas usadas, referindo que este acordo irá permitir ao município combater melhor este flagelo ambiental. A anterior entidade responsável pela recolha e separação das roupas, deixou de fazer esse serviço, no início do ano, assim sendo vem a Câmara reunida esta minuta de



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

protocolo para a recolha, reutilização e reciclagem de roupa usada, entre o Município de Nisa e a CARITAS - Projeto Esperança.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que anteriormente havia uns contentores verdes em Alpalhão, que saíram de lá em dezembro, muitas das vezes havia lá muitos sacos fora, porque demoram muito a ir lá busca-los, perguntando quem contacta as empresas para ir lá busca-los, se somos nós.

PONTO Nº 12 – DOTSM– Deliberação: 80/2026

Informação Prévia nº 1.2026 Vinagra. Requerente: António Manuel Farto Barrento Charneco.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 105/2026, da Divisão de ordenamento do território e Serviços Municipais, datada de 24 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o pedido de informação prévia relativo ao processo de obras nº1.2026, de acordo com o número 1 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei nº 10/2024 de 08/01, condicionada aos aspetos identificados no processo, informando-se o requerente para os efeitos devidos.

Intervenções:

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, perguntou se diz respeito aquele prédio que está em ruínas dentro da vinagra, referindo que tinha solicitado em determinada altura, não só no centro histórico, uma planta de localização junto de quando vêm as informações para que se possa tentar perceber melhor qual o sítio da intervenção, perguntando se há lá uma casa em ruínas que dizem que é do Engenheiro Charneco, perguntando se diz respeito a esta construção ou não, ao que lhe foi esclarecido pelo Arquiteto João José Bizarro Portalete que se se tratava desse prédio em concreto ou não, e que este edifício, ou pelo menos o que eventualmente restará dele é todo para aproveitar, não é uma demolição é uma reconstrução, uma ampliação do edifício do que existe, não tendo presente se ele por exemplo tem cobertura ou não, mas as paredes, elas existem e é para ficarem, o edifício confina com um prédio que não é do proprietário, por isso a água tem que ser recolhida, tem que ir para a frente, não, este tem um na parte de trás, não digo um edifício, mas há um terreno, vá que não é do proprietário e ele realmente é geminado com outro edifício, mas achando que forma ali um pequeno gaveto, por assim dizer.

PONTO Nº 13 – DSC – Deliberação:81/2026

Cedência de Instalações – Requerente: Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1516/2026, da Divisão Socio Cultural, datada de 16 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova, nos termos da alínea o) da Lei 75/2013 de 12/09, por Unanimidade, com 5 (cinco) Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a cedência da Sala Multifuncional da Nova Incubadora de Empresas de Nisa, para realização de uma sessão de esclarecimento dirigida aos seus associados no âmbito da elaboração dos pedidos únicos, no dia 11 de março de 2026, entre as 14H00 e as 18H00.

Intervenções:

- **Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, questionou se era a primeira vez que a Associação de Agricultores realiza um evento desta natureza no Concelho de Nisa, sendo, a sua dúvida era só esta, porque viu que o pedido eles pediam o auditório ou uma sala, e optaram por uma sala.

PONTO Nº 14 –DSC– Deliberação: 82/2026

Cedência do Cineteatro - Requerente: Secretariado Diocesano do Movimento dos Cursilhos de Cristandade Diocese Portalegre - Castelo Branco.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1599/2026, da Divisão Socio Cultural, datada de 20 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 1 (uma) abstenção por parte da Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a cedência, com isenção do pagamento de taxa, do Cine teatro, no dia 19 de abril de 2026, com início às 16H30 ao Secretariado Diocesano do Movimento dos Cursilhos de Cristandade Diocese Portalegre – Castelo Branco, cujo custo de utilização previsto associado é de 151.18€, por cada hora de utilização.

PONTO Nº 15 –DSC– Deliberação: 83/2026

Pedido de Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 1715/2026, da Divisão Sociocultural, datada de 24 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor dos Vereadores Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, sendo que o Vice-Presidente, Dr. José



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

Leandro Lopes Semedo e a Vereadora Dr.^a Maria do Rosário Carita Rodrigues não votaram por fazerem parte da Concelhia de Nisa do PS, a cedência, com isenção do pagamento de taxas, do Auditório da Biblioteca Municipal de Nisa, no dia 13 de março de 2026, das 17H00 às 21H00, para a realização de uma reunião de carácter político, requerida pelo partido Socialista – Concelhia de Nisa, de acordo com o nº8 do artigo 7º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais.

Ponto nº 16 – PRE - Deliberação: 84/2026

Gratuidade das refeições escolares (almoço) a todos os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Nisa.

Nos termos da Informação da Presidência, datada de 24 de fevereiro de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr. Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, estabelecer a gratuidade das refeições escolares (almoço), a partir do 1º dia do 3º período do ano letivo 2025/2026, a todos os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Nisa, mantendo a necessidade de marcação atempada das refeições para a respetiva gestão.

Intervenções:

- **Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo**, fez a apresentação da proposta, dizendo que a implementação de modo generalizado deste tipo de apoio social, irá beneficiar todos os alunos do agrupamento de escolas de Nisa, sem exceção, permitindo reforçar o apoio às famílias do concelho de Nisa. Referir que esta medida - refeições escolares gratuitas, se baseia no princípio humanista do direito básico à alimentação como fator crucial para o desenvolvimento infantil, conforme a declaração dos direitos da criança, de modo a assegurar refeições seguras, equilibradas e adequadas às necessidades nutricionais dos alunos, seguindo as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Esta proposta abrange diretamente um universo de 537 alunos a frequentar o agrupamento de escolas de Nisa, dos quais, e neste momento, 129 já têm direito a uma refeição totalmente gratuita 100%, que estão inseridos no escalão A, considerando que a medida em discussão que se traz à reunião de Câmara abrange 3 pilares fundamentais, com uma componente socioeducativa, como é o fornecimento gratuito de almoço em refeitório escolar, que é visto como uma ferramenta para promover o sucesso educativo e o bem-estar físico e psicológico dos alunos, do mesmo modo combate a exclusão social e previne o abandono escolar, garantindo igualdade de oportunidades, independentemente das condições socioeconómicas das famílias e devolver hábitos alimentares saudáveis, desde cedo, a todos os alunos. Uma segunda nota refere que a transição para a universalidade, aponta para o apoio alimentar que por si só já é bastante



abrangente, mas que ainda não é universal, e deste modo a autarquia vai realizar um esforço financeiro para subsidiar todo o universo de alunos, além dos 129 já referidos anteriormente, que são alunos do primeiro e segundo escalão do rendimento A e B, em que o rendimento A é 100% e o B é 50% da senha de refeição. O impacto financeiro desta proposta, segundo Valores à data da última contratualização feita pela empresa é, neste momento, de 165.117,96 euros, e que a autarquia suportou, no ano transato 113.890,93 euros, enquanto as receitas oriundas das transferências dos pais na ordem dos 36.878,03 euros e apoios DGAL no valor de 14.399 euros, que totalizaram um valor de 51.277,03 euros, de comparticipação.

Em operacionalmente a proposta tem continuação, e em termos administrativos mantem-se a marcação prévia dos almoços pelos alunos, e em nada é alterado a regularização de dívidas, portanto as crianças continuam a frequentar o refeitório, apesar das dívidas existentes, que perfazem 4.950,13 euros e que são acumulados até fevereiro de 2026, assim sendo estas dívidas, terão que ser pagas, não podendo ser isentadas. Foram situações que se foram acumulando ao longo do tempo.

Acrescentou ainda que a medida vem de encontro a um vasto conjunto de propostas de apoio às famílias na área da educação, garantidas pelo Município, como seja a gratuidade do transporte escolar, dos cadernos de apoio, entre outros.

Atualmente a refeição tem um custo de 1,46 euros, estando isento do pagamento os alunos beneficiários do escalão A e tem uma copagamento de 50% (0,73 euros) os alunos beneficiários do escalão B. Na verdade, o suporte financeiro desta proposta já é assumido na íntegra pelo orçamento municipal, referente a 60 mil refeições por ano eletivo, o que na prática corresponde a um alívio financeiro das famílias em cerca de 36.878 euros, que atualmente ainda suportam. No caso de aprovação a medida entrará em vigor a partir do próximo mês de abril de 2026.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter sido na reunião descentralizada com os Vereadores a primeira vez que ouviram que a Presidência ia propor essa vontade de fazer a gratuidade das refeições, o que a felicitou de ouvir, na altura também se referiu que as refeições não eram grande coisa e que se poderia recorrer a que sejam feitas lá, perguntando se se mantém essa com ideia.

- **Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo**, disse que essa ideia continua, tem-se a questão da contratação das pessoas, sendo esta a matéria que limita um pouco em termos do número de pessoas, aquilo ainda é uma contratação, sendo pelo menos 67 pessoas e tendo esse senão, mas não se deixou de ter isso em mente, achando que se ganha e as contas que foram feitas, acha que se ganha se se realizarem as refeições lá, porque estando-se a falar aqui de um valor de 165.000 euros, e consegue-se perfeitamente fazer isto com menos e talvez melhor, sendo isso uma opinião que tem em termos daquilo que são os refeitórios.

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, perguntou se relativamente ao quadro que está na última página, ele não é muito perceptível, pensando que os anos se referem a setembro de 2024 e fala nas entidades Gertal e o Centro Social de Tolosa, perguntando se Centro Social de Tolosa continua ou teve a ver com esse período de setembro de 2024,



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

questionando se o reembolso desses 14.399 euros tem a ver com a transferência da DGAL e o Pay Shop tem a ver com a cobrança e que relativamente à questão da dívida, isto é um procedimento normal que os meios da Câmara têm que não será necessário trazer aqui, se há pessoas que efetivamente têm dificuldades, é uma situação, agora também há quem deixe por arrasto e depois acaba por pagar o justo pelo pecador e tem que se estar sensíveis efetivamente a quem tiver dificuldades, especialmente numa altura na escola, defendendo a escola completamente gratuita.

- **Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, deu os parabéns à equipa que está em funções, até porque, como todos recordam o PSD apresentou no seu programa eleitoral refeições gratuitas para o agrupamento de escolas, alguém disse que, se calhar, não havia dinheiro, mas, de facto, o valor em causa é muito mais baixo do que um artista do Nisa em Festa e por isso, mais vale alimentar as crianças do que dar música ao povo, dizendo que tinha que dizer isso porque na altura alguém dizia que ela não estava a saber fazer contas e afinal, as contas estão feitas, chamando a atenção de dois aspetos, por isso os seus parabéns por terem chegado a um consenso e quererem assumir esta necessidade da população ficou aqui em aberto e quis deixar este apelo ao Senhor Presidente hoje em funções, que são os ATL, e a problemática que existe e que vai continuar a existir de que as crianças estão no ATL e os pais têm que os ir buscar para dar almoço, ouvindo muita gente a falar que, pois é a responsabilidade dos pais, mas às vezes os pais estão a trabalhar em Vila Velha, numa fábrica, estão a trabalhar longe e têm muita dificuldade em alimentar as suas crianças naquele período, têm que pagar a alguém para ir buscar as crianças, fazer esse serviço, pensa que se calhar era altura de se fazer a tal experiência, de reativar o refeitório e de pôr uma equipa a trabalhar para alimentar as crianças que vão precisar de um ATL, deixando este apelo e neste momento vai partilhar aqui uma história muito rápida só por causa desta questão da dívida acumulada dizendo que às vezes as pessoas as pessoas falam muito daquilo que não sabem, tem muita pena em dizer isto e normalmente às vezes veem algo e tiram conclusões precipitadas e erradas e é dizer não falar dos outros e olhar para nós próprios, vivenciou esta experiência e vai partilhar isto, viu a sua filha chegar a casa todos os dias à tarde com imensa fome e começou a ficar preocupada achando que podia ser um problema de saúde, apesar de lá em casa, ter sempre habituado os seus filhos a comerem o que se punha à frente, não são esquisitos e mesmo que a comida não fosse muito boa, não estava a ver a Joana a chegar a casa porque não gostava da comida com fome, tendo aquilo agudizado a tal ponto que um dia disse, que iam ao médico e para fazer uma avaliação do que é que estava a acontecer com ela, porque se não lhe explicava o que se passava, começou a ficar preocupada e ela aí explicou-lhe que havia crianças, e Infelizmente isso acontece, há pais, porque têm os salários penhorados e isso não aparece nos subsídios e na necessidade de apoio social, não têm dinheiro para dar resposta a todas as suas responsabilidades, como costuma dizer não vale a pena apontar-se o dedo, porque só não erra quem não está nelas e às vezes nem se sabe porquê, e o que queria apelar aqui era, de facto, a tentativa de celeremente arranjar planos de pagamento para este valor de 4.950 euros, não se vai deixar ninguém de fora e vai-se acreditar que todas as crianças não são responsáveis por aquilo que os pais fazem e que não podem sequer ser apontadas pelo facto de não terem a possibilidade de ter uma refeição gratuita, porque quem



tem um problema destes, quer crer que tem um problema maior na sua vida e que não é deixar os seus filhos sem comida e por isso, antes de avançar-se, tentar resolver-se o mais rapidamente possível acreditando que a Câmara está mais do que recetiva a assumir toda a responsabilidade para a resolução desta situação, no sentido de que qualquer plano é bem-vindo, o que eles puderem pagar para que ninguém fique de fora, sendo isso que queria pedir.

- **Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que uma vez que o Senhor Presidente hoje falou sobre o orçamento e uma vez que se exaltou um pouco na reunião da Assembleia, mas como lá não fica nada gravado daquilo que os senhores vereadores falam, vai dizer aqui aquilo que ouviu na reunião da Assembleia sobre os valores que eram destinados às juntas de freguesia, o que ouviu foi que houve uma reunião com as juntas de freguesia onde o Senhor Presidente esclareceu aos Senhores Presidentes que iam fazer aqueles acordos interadministrativos e de execução e bem e que iriam ser reformulados com os novos valores. dos vencimentos atuais, porque já há muito tempo que não eram mexidos e bem com o que concordaram, não podendo deixar de dizer que não é verdade, que foi o que disse na Assembleia, porque o Presidente de Junta referiu lá que o Senhor Presidente de Câmara tinha dito na reunião que estava esplanado em orçamento o maior apoio para as freguesias no âmbito daqueles 7.500 euros e que não foi dado porque os vereadores votaram contra, o que não é verdade, o valor que lá vinha era os 7500 euros e o que estão a fazer passar para as juntas não é bem aquilo que se falou na reunião, não em orçamento e é por isso eu disse na sua intervenção que não era verdade o que se estava ali a dizer por isso quer que fique escrito.

- **Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo**, disse querer esclarecer a situação, e que deve tratar-se de um mal-entendido provavelmente e que quando foi feito o orçamento, estão lá e estavam 500.000 euros para as juntas de freguesia, estes 7.500 euros foram já num seguimento á posteriori, foi chumbado o orçamento e passa-se a outra fase em que aconteceu aquelas situações de intempéries e aquilo foi um apoio extraordinário, só o que se optou na altura não falou, o que se falou nessa reunião foi, estando-se aqui a falar do valor dos 500.000 euros que lá que estavam inscritos no orçamento, a soma desse valor era esse valor que estávamos a falar na ordem de grandeza desse valor, os 7.500 euros foram a posteriori não se podendo adivinhar que iria haver intempéries ou uma coisa parecida, isso foi mesmo extraordinário, só mesmo para ficar esclarecido em relação a isso.

- **Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que relativamente aquilo que a sua colega Ana Cecília está a referir, é verdade que os 7.500 euros para cada Junta de Freguesia era para responder de forma mais célere a uma situação de intempérie, o que diz respeito aquilo que tinha sido tratado e que era alvo do plano no fundo que apareciam 500.000 euros, mas não refere o que é no concreto, aquilo que foi falado entre nós, foi no fundo, voltar a fazer aquilo que se fazia anteriormente, que a Ana Cecília também referiu, dar a possibilidade de haver um investimento em obras de capital em cada uma das freguesias, num montante de 25.000 euros, o valor do protocolo com as juntas de freguesia tem que ser revisto, não sabendo se já houve trabalho da Câmara com as juntas, sendo mais do que justo fazer a atualização desde 2018 que não era feita, do valor que estava aprovado, não sabendo se eram 200.000

euros com o reforço para compensar essa diferença entre aquilo que é o real salário e o atual chega aos valores dos 500.000 euros, no orçamento, costuma vir sempre e deve vir aquilo que é o acordo de execução e os contratos interadministrativos é uma coisa, as obras de capital é outra, o que acontece aqui e que já devia estar feito tanto no Concelho de Nisa como em mais seis Municípios do Alto Alentejo é tratar mesmo da transferência de competências, como a lei que está em vigor e que defende que as verbas são afetas diretamente da DGAL para as Juntas de Freguesia, sendo isso o que está escrito e legislado e que não está a ser cumprido nem aqui nem mais 6 municípios do distrito de Portalegre e que devia ser feito primeiro solicitando se efetivamente as Juntas de Freguesia têm competências ou não para poder assumir, porque as transferências de competências do orçamento de Estado e do Governo para os municípios, o espírito da lei é o mesmo e o princípio também sempre o mesmo, quanto menor é a dimensão da organização mais facilmente e mais corretamente é aplicado a verba.

Ponto nº 17- SEA- Deliberação: 85/2026

Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem

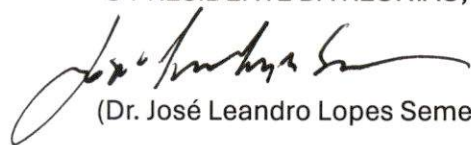
A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, quando eram 16h40.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, é constituída por 19 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Vice - Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Leandro Lopes Semedo e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

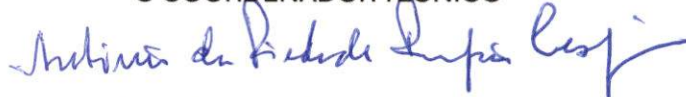
O PRESIDENTE DA REUNIÃO,



(Dr. José Leandro Lopes Semedo)

(Vice-Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO



(António da Piedade Pimpão Crespim)

(Secretário)



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 02 de março de 2026

Ata
Nº 09/2026

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada
no dia 20 de julho de 2026 e aprovada por:
MAIORIA

- Favor: 4 (quatro) votos (PS, CDU, PSD)
- Contra: () voto com Declaração de Voto ()
- Abstenção: 1 (um) voto (PS)